

ENTREVISTA COM RENATO LESSA: CIÊNCIA POLÍTICA E DEMOCRACIA NO BRASIL CONTEMPORÂNEO

Por Jorge Chaloub¹ e Pedro Luiz Lima²

Estivemos na PUC-Rio, no dia quinze de agosto de 2018, para conduzir esta entrevista com nosso estimado professor de filosofia política. Foi, para nós, uma forma de coroar os trabalhos no dossiê “Interpretações do Brasil contemporâneo” da Revista Mediações. O entrevistado, Renato Lessa, dispensa maiores apresentações. Cumpre apenas mencionar, em síntese, que Lessa hoje é professor de filosofia política do Departamento de Direito da PUC-Rio. Além de professor titular aposentado pela UFF, Lessa foi professor titular de filosofia política do antigo IUPERJ por quase vinte anos e, mais recentemente, foi Presidente da Biblioteca Nacional, entre 2013 e 2016. Autor de extensa obra, Lessa é agudo observador do passado e do presente da vida política do país, assim como da história das ciências sociais e, em particular, da ciência política entre nós. Em meio ao turbilhão de uma conjuntura pré-eleitoral especialmente tensa, a entrevista não chega a transcender o contexto imediato, o que seria indesejável; antes, busca um ponto de observação, talvez menos imediatista, de onde se possam situar os limites que se impõem ao cientista político e as virtualidades inscritas em sua atividade. Ademais disso, trata-se de interpretar as tormentas que hoje assombram a todos os que lutam pela democracia nesse “desabamento de tempos distintos” que é o Brasil contemporâneo.

1 Professor Adjunto do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), Brasil. Email: jchaloub84@gmail.com.

2 Professor Adjunto do Departamento de Ciência Política da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Brasil. Email: pedrollima@gmail.com.

Pedro Luiz Lima - Há um momento do seu texto “Da interpretação à ciência” (*Lua Nova*, 2011), sobre a história da Ciência Política e das Ciências Sociais brasileiras, em que você trata do engajamento dos cientistas políticos ao longo dos anos 1970 e 1980, e de como esse engajamento se contrapõe (ou complementa) à adesão maciça a modernos métodos de pesquisa típicos da Ciência Política praticada nos EUA. Como você se coloca nessa história? Gostaria que você refletisse um pouco sobre como foi sua trajetória em meio a uma Ciência Política que se institucionalizava.

Renato Lessa - A partir da segunda metade dos anos 1970, quando entrei no IUPERJ como aluno, fui contemporâneo desse processo de institucionalização que gerou o quadro atual. Naquela década foi fundada a ANPOCS. A primeira reunião foi feita naquela sala de aula do IUPERJ. Para o almoço, saímos todos pela calçada na direção do Chalé, um restaurante que ficava ali ao lado, na Rua da Matriz... Ali foi dado um passo substancial no processo de sistematização institucional das Ciências Sociais, que viria a acompanhar o crescimento da pós-graduação, a criação de novos programas, a abertura de áreas temáticas. Eu vi esse mundo em formação, parte da minha identidade intelectual foi formada nesse mundo. Eu já trazia antes indagações que me prendiam a outros campos disciplinares. Sempre tive muito interesse em História. Começara antes a trabalhar no CPDOC, em função desse interesse. Nutri, sobretudo, uma relação assistemática, bastante autodidata, com relação a questões filosóficas. A questão da filosofia para mim sempre foi fundamental; os temas do conhecimento, da ética, dos valores, da ação humana. Sempre tive na cabeça esse amálgama bastante complexo e, admito, confuso. E desde garoto, desde estudante secundarista, nos idos de 1968, dos treze para os quatorze anos de idade, a questão da política sempre esteve presente. Mesmo antes disso, devo dizer. Vim de uma família bastante politizada, com a presença forte do avô materno

ferroviário e trabalhista ferrenho e do pai comunista, da base da antiga Faculdade de Filosofia da Universidade do Brasil. Tive a sorte ainda, em 1968, de integrar um grupo de colegas no Colégio de Aplicação da então UEG, com trajetória parecida. A política estava presente desde então, com seus chamamentos à ação e o desafio de pensar o mundo. Isto se fez presente na minha biografia, ao lado de muita literatura, de muitas exposições de arte, cinema... Usufrui de modo pleno da formação de um jovem de classe média intelectualizada, de esquerda, do Rio de Janeiro do final dos anos 60 e do início dos anos 70. Era, por certo, uma ditadura tremenda, mas nela inscrevemos uma espécie de paraíso cultural. Em 1971, por exemplo, passei literalmente o ano inteiro dentro do Museu de Arte Moderna estudando cinema com José Carlos Avellar. Era aluno bissexto do curso pré-vestibular para desenho industrial, no Colégio Andrews, e à noite tinha aula de teatro com o Sérgio Brito. E muito mais do que isso. Quando lembro dessa época, parece-me que o tempo era infinito. Acabei não indo para a Escola de Desenho Industrial (ESDI), e comecei a graduação em História na UFF, em 1972. Dois anos mais tarde, passei-me, no mesmo Instituto, para o curso de Ciências Sociais, no qual me formei. Quando chego à pós-graduação em Ciência Política, em 1976, não fui com expectativa de treinamento para obter uma profissão. Éramos, sobretudo, um bando de curiosos e ávidos por informação: além de mim, Dulce Pandolfi, Monica Hisrt, Lucia Hippolito e tantos outros. Fui bastante atraído na graduação pela Antropologia. Com efeito, muitos de meus colegas na UFF foram para a Antropologia, no Museu Nacional, curso já na época excelente. Mas a política acabou falando mais alto... E o Iuperj era o que correspondia ao padrão de excelência do Museu, em seus campos específicos: Sociologia e Ciência Política. Do ponto de vista da Ciência Política, tinham destaque naquela altura o IUPERJ e a UFMG. O programa da UNICAM viria a se consolidar um pouco depois, com ênfase forte em estudos sobre eleições e partidos e com uma presença de

trabalhos com orientação marxista. Mas, no que diz respeito ao IUPERJ e à UFMG, eram programas próximos, porque diversos professores e alunos do IUPERJ vieram da UFMG estudar no IUPERJ. Havia grande convergência epistemológica e temática entre os programas, embora o componente de estudo de Teoria Política no IUPERJ fosse mais forte. No programa de Ciência Política da USP havia uma presença forte do estudo da história da Teoria Política, próxima ao campo da História das Ideias, e de pesquisas com conteúdo histórico empírico. Célia Quirino Galvão, Claudio Vouga e Maria Tereza Sadek, por exemplo, sempre levavam os alunos a estudar a história do pensamento político. Eram culturas institucionais diferentes; o IUPERJ, mais americano, pela chegada dos professores jovens que tinham “feito a América”. O Olavo Brasil fez uma tese bacaníssima sobre o sistema partidário brasileiro, de 1946 a 1964, Wanderley [Guilherme dos Santos] já tinha feito sua tese em Stanford, antes do Olavo. Tendo uma formação filosófica forte, fez um trabalho aproximando-se de uma Ciência Política formalizada, do qual saiu sua tese de doutorado - “O Cálculo do Conflito”. José Murilo [de Carvalho] também veio de Stanford, mas com um trabalho mais histórico, a respeito das elites políticas no Brasil Imperial, que viria a mudar o padrão de interpretação a respeito do estudo do sistema político brasileiro no século XIX.

De um modo geral, os que fizeram a América, no âmbito da Ciência Política, foram expostos à linguagem da Ciência Política behaviorista, a grande virada do final dos anos 1950 que configurou os programas *mainstream* nos EUA, já afetados por críticas desde então. Vários outros autores mais à esquerda, como o próprio Robert Dahl, começaram a chamar a atenção para as falhas. Como se pode reduzir o sistema político a um processo de tomada de decisões? E a agenda das não decisões? Como você inclui isso aí? Quem organiza tal agenda? Existe uma elite do poder ou não existe uma elite do poder? São temas que a esquerda traz e os brasileiros foram socializados simultaneamente

nessas duas chaves. Além disso, a Ciência Política norte-americana tem como suposto a naturalização do fato da democracia: existe a democracia como objeto natural e um saber que a descreve a si e a seu modo de funcionamento, que avalia, corrige e critica, mas o mundo já está dado. Pelas injunções da ditadura e do autoritarismo, qualquer saber político no Brasil, qualquer investimento no saber sobre a política, a não ser no caso dos reacionários incuráveis, teria que, de alguma maneira, levar em conta a questão da ausência de democracia...

PL – A democracia teria que ser um contrafactual...

RL – Contrafactual, por conta do fato da não democracia. Então, vejam o paradoxo: protocolos epistemológicos empíricos diante de uma experiência existencial na qual o fato da democracia é o fato que falta. É uma ciência factual do fato que falta, não? Isso faz com que ela tenha que ter um precipício alucinatório. Essa vocação especulativa foi muito mitigada pelo processo de democratização a partir dos anos 1980, pelo reforço do institucionalismo e pela ideia de que há uma democracia em funcionamento, de que existem “regras do jogo”, de que existem instituições que devem ser construídas. Essa dimensão alucinatória que, no primeiro momento, a falta da democracia parecia exigir, uma vez exposta à democracia deu lugar a um discurso que falava de transição à democracia como um processo histórico objetivo e não como um projeto, uma utopia, uma intervenção no mundo. Gerou até uma espécie de “transitologia”, ciência específica, assim como também gerou outra ciência específica curiosa que é a “Reforma do Estado”, um tema de pesquisa que não passa de uma proposta política de um grupo determinado. “Qual é a sua especialidade? Sou especialista em Reforma do Estado”...

Jorge Chaloub - Aproveitando dois pontos que você levantou, Renato. Um com relação a essa questão do lugar da USP face à UFMG e ao IUPERJ e outro em relação à questão da transitologia. Em relação à USP, eu acho que há uma questão sobre o lugar da Ciência Política

na USP, não? No âmbito das ciências sociais da USP, a Ciência Política sempre ocupou um lugar menor face, por exemplo, às cadeiras de Sociologia, ao passo que no Rio de Janeiro e em Minas Gerais a política merecia mais destaque, comparativamente.

RL - Os estudos de transitologia foram muito influentes e aproximaram as comunidades que tinham históricos diferentes. O tema mais estudado era esse. Tanto nós, como o pessoal de São Paulo, como de Minas, Pernambuco, Rio Grande do Sul, todo mundo acabou convergindo para isso. Mas aconteceu outra coisa também, que foi o predomínio progressivo da “escolha racional”. O IUPERJ foi, se calhar, a instituição que introduziu isso nos programas de pós-graduação em Ciência Política. Algumas obras no IUPERJ eram bíblicas, quase que evangelhos, como “A lógica da ação coletiva”, do Olson, ou “A teoria econômica da democracia”, do Anthony Downs. Viraram linguagem comum e ordinária termos como “custos de transação”, “ação coletiva”, “*free rider*”, tudo isso virou *the talk of the town*. Havia muitos estudos de microeconomia e uma obsessão pela “metodologia”, o que na USP não existia. A ideia de “treinamento” - a própria palavra “treinamento” - passou a fazer parte da formação dos estudantes. Passaram a existir cursos de metodologia sem objeto, como se a metodologia fosse uma coisa abstrata, algo para se aplicar em qualquer lugar, para “atravessar a rua”, “comprar pasta de dente”, ou estudar partidos políticos - independentemente da finalidade, passa a haver “a metodologia”. Há um “momento metodológico”. Minas sempre foi o bastião do que eles chamavam de maneira um tanto solene de “rigor metodológico”. O IUPERJ também ecoou isso, mas lá havia uma configuração mais heterogênea... Tinha uma coisa engraçada, porque se você pegar as ofertas de cursos de metodologia, a carga horária de metodologia, e os temas de teses que saíam... A maior parte dos temas de teses era em Teoria Política ou a partir de pesquisas empíricas de base histórica. Parte significativa das teses não refletia, portanto, a expectativa oficial

à qual o programa gostaria de ter aderido. De qualquer maneira, esse é um comentário colateral. Acho que a questão da transição ajudou a criar um campo. Aproximou pessoas. As pessoas escreveram livros juntas e criaram, portanto, um modelo de trabalho compartilhado. Isso é interessante, e foi para as revistas, livros e mídia, ajudou a criar uma identidade.

E houve também certa uniformidade epistemológica com a dispersão da linguagem - prefiro falar linguagem do que teoria - da *rational choice* e do institucionalismo. Quer dizer, fazendo com que certos termos tivessem passado para a linguagem natural. Hoje uma palavra que os cientistas políticos usam muito é a palavra "incentivo", como se fosse um termo neutro: "um relógio, um óculos, um incentivo"... Há uma perda de sensibilidade, no sentido de ver como que essas palavras estão carregadas de história, de orientação normativa. Como se você descrevesse de maneira não problemática estados do mundo, no caso, estados de alma. "Sou um sujeito honesto porque eu não tenho um incentivo para roubar". Aí você mudaria as instituições, criaria um "incentivo", e as pessoas seguiriam tal caminho... Outro item corrente no jargão é o termo "preferências", que poderíamos descrever como o impensado da vida política. O dado a partir do qual o "comportamento" pode ser analisado... uma Sociologia, uma análise cultural ou "construtivista" das "preferências"? Nem pensar...

PL - É curioso que esse olhar, para usar um termo de uso corrente, "se consolida" em um momento em que o Brasil vivia um processo de abertura que certamente não era endógeno às instituições, e nem poderia ser. Havia um novo sindicalismo, as Diretas Já, movimentos de rua, o *demos* se movimentando...

RL - Esse outro aspecto é importante, porque você tem a transitologia, você tem a direção *rational choice*, você tem o que eu chamo no ensaio de "processo de especialização", de distinção. O progresso científico tem a ver com demarcações, transfigurações

do objeto. Quanto mais você tem uma área delimitada claramente, mais científica e precisa ela seria. O que ocorre é uma ruptura com a tradição das humanidades, que acompanha a virada positivista iniciada nos Estados Unidos já nos anos 1950 e que, não por acaso, tem a ver com a Guerra Fria. Como é que se passa, como é que se deixa de investir em programas de pesquisa sobre psicanálise e se começa investir em programas de corte behaviorista? É porque há uma demanda para entender como que as pessoas se “comportam”, há uma orientação de agenda. Isso liderou o afastamento americano das Ciências Sociais *mainstream* com respeito às Humanidades. Idem, para o campo da Ciência Política. E, no momento subsequente, com a hegemonia da escolha racional e do neoinstitucionalismo, ocorre o afastamento da Ciência Política com relação às Ciências Sociais. A partir do insight correto de que as instituições são mecanismos que possuem uma dinâmica própria – como operadores ou aplicativos –, e que, portanto, elas refratam de maneira própria o ambiente, você vai para o paroxismo de que só o que interessa é o funcionamento interno das instituições, e passa a explicar o mundo ao redor a luz da lógica interna das instituições...

PL – É curioso porque se está em um momento da história brasileira que é necessariamente um momento de invenção, um momento de criação institucional...

RL - Exatamente, eu acho que isso é um processo de abandono de objeto. Quando se olha apenas para o segmento da política institucional, esse mundo de que você está falando desaparece. Quer dizer, ele não desaparece. Continua existindo, mas desaparece da minha vista. Eu olho para esse mundo e não o vejo, eu deixo de conseguir ver esse mundo.

PL - Parece que esse processo se consolidou em um momento em que esses intelectuais eram também atores engajados politicamente. Eles estavam na rua pelas “Diretas já”, etc. Ao mesmo tempo, eles

voltavam para casa e pareciam fazer uma ciência como se aquilo, a experiência nas ruas, não tivesse existido.

RL – Acho que isso é uma perda que não é só da Ciência Política e que tem a ver com outro movimento: a transformação dos intelectuais em professores universitários. Com a especialização do trabalho, uma nova métrica de produtividade e de regime de tempo, muda-se a identidade. Há uma generalização progressiva de uma espécie de redução ontológica. Como eu vinha da filosofia, com essas indagações todas, um tanto afetado pela ideia do Álvaro Vieira Pinto de que o Brasil deveria ser pensado do ponto de vista do infinito, eu sempre tive nesse campo um pé irônico do lado de fora. Escrevi sobre essas coisas, participei de debates sobre sistema eleitoral, enfim, estudei essas coisas, sempre ensinei essas coisas. Minha sensibilidade para a política foi formada nesse contexto de fragmentação de objetos. Mas com um pé do lado de fora. Será que conhecemos isso exatamente? Quais são as condições de conhecimento? Enfim, questões de segunda ordem.

JC - Uma questão que eu gostaria que você comentasse é sobre o próprio objeto da política. A política não é um objeto só da Ciência Política, como também da literatura, da história, da antropologia. A Ciência Política em parte escolhe as instituições como esforço de delimitar um objeto que lhe seja exclusivo.

RL - Em outro texto, que será publicado no livro que estou preparando, eu chamo atenção para isso. Se você compara e observa as três disciplinas que compõem o campo das Ciências Sociais, verá que a Antropologia e a Sociologia são perspectivas de observação do mundo. Qualquer objeto pode ser tratado pela Antropologia e pela Sociologia. A Ciência Política é a única dessas ciências, vamos chamar assim, que tem um objeto seu. A Antropologia não. Há uma Antropologia do copo, das maneiras de comer... Há aquela ideia muito interessante do Peter Berger, de que elas são perspectivas da observação do mundo.

Há perspectivas sociológicas e antropológicas. Qual a perspectiva política de observação do mundo? Não existe. Alguma coisa foi feita... Foucault com suas reflexões sobre o poder... Mas tudo muito incipiente, a meu juízo. Talvez haja um fundamento para isso. Em Aristóteles, você tem uma definição clara do que é política, só que a política era tudo. A filosofia política é a primeira forma, a primeira tentativa de entendimento da sociedade. Começa pela política. Ou seja, começa pela tentativa de entendimento do que é comum. Porque o que não é comum não interessava. Cada um cuida do seu *oikos*, do seu *idiós*. Esse comum recebe o nome de política. Com o passar do tempo, a política foi sendo depurada, diante de um social não político, uma economia que não é política, ou seja, o comum se fragmenta. Embora o comum tenha se fragmentado e o que era político tenha se reduzido, permaneceu a ficção de que a política trata do político, tendo essa dimensão reduzida. Houve um problema aí de alteração de escala e manutenção do mito. E uma certa impossibilidade epistemológica de redefinir o objeto transformando-o em alguma coisa mais ampla, até porque existe o político, enquanto deflagrador de processos, que talvez mereça um saber próprio, o que eu não nego. A questão toda é que na transição, mesmo levando em conta essa redução do político e o aparecimento de outros campos – o que Luhmann explica bem, pela ideia de complexificação dos subsistemas que vão aparecer na sociedade –, mesmo diante desse fenômeno, o saber da política sempre teve um componente alucinatório. Ou seja, ele não pode se limitar a descrever o que é. A descrição está associada à prescrição, e a própria ideia de ação política tem uma dimensão alucinatória porque trabalha com a presunção de certo efeito, o qual não se sabe se vai acontecer. Outra coisa: o saber político é voluntarista, enquanto o saber antropológico/sociológico não o são. Você não vai fazer um estudo do sistema de castas na Índia para propor uma reforma do sistema de castas indiano, só se você for um alucinado. Você não faz um tratado pela reforma do

sistema de parentesco dos Bororo... Mas eu posso fazer um tratado para a reforma do sistema eleitoral, da Constituição, da forma do Estado. Esse é um lado interessante, um lado voluntarista, fundado em certa crença na ação humana, o que, ao fim e ao cabo, desrotiniza a vida e trabalha contra o fatalismo histórico-estrutural. Mas essa potencialidade poética acaba sendo minimizada pela hegemonia de paradigmas naturalistas. Trata-se de descrever o mundo tal como ele é, “essas são as regras, tudo o que acontecer tem que estar segundo essas regras”. E assim a “estabilidade” passa a ser o grande valor subjacente. Em suma, não dá para reinventar tudo e fazer da política uma perspectiva como as outras. Os saberes diferentes vêm de mundos diferentes. Mas, ainda que haja questões propriamente políticas, você não é obrigado a tratar disso de uma maneira absolutamente rendida à tirania dos fatos, dos objetos.

PL – A tua trajetória indica uma constante fuga dessa “clausura politológica”. E desde um de seus primeiros trabalhos, “A invenção republicana”, você parece buscar fugir de certa lógica das especializações, tratando de temas da história política brasileira com uma abordagem filosófica densa. Gostaria de que você tratasse um pouco desse “jogo duplo” que parece ser uma constante preocupação tua, vinculando a filosofia política aos estudos sobre Brasil e assim nublando as fronteiras das disciplinas. Isso é tanto mais interessante quando vemos que ainda existe, no campo do “pensamento político brasileiro”, uma certa preponderância de estudos monográficos, sobre este ou aquele autor, que prescindem de uma preocupação mais abrangente.

JC - Tenho também uma percepção impressionista de que existia certo estilo de fazer Ciência Política no IUPERJ que dialogava fortemente com a filosofia política e a história.

RL - Sim, ali houve uma pauta muito especial. Sempre tivemos excelentes alunos, que não buscavam a agenda que a “Ciência Política oficial” defendia. As pessoas vinham de militância política, tinham

cultura, tinham livros em casa. Em geral, havia uma demanda cultural muito forte por parte dos alunos, o que forçava as agendas e implicava disputa, no bom sentido, disputa por prestígio, pela boa hegemonia cultural e intelectual. Isso estimulava os professores, os alunos estimulavam outros e o efeito agregado disso, ainda que houvesse choro, ranger de dentes e cotovelada, foi uma cultura pluralista, sem dúvida alguma, talvez como nenhum outro programa de Ciência Política tenha tido no Brasil no século passado. Estou falando da experiência do final do século passado. Isso propiciou um estilo próprio. Por exemplo, tive um aluno excelente que fez curso comigo no doutorado, pesquisador da FIOCRUZ. Foi para o IUPERJ fazer uma tese sobre políticas públicas na área de saúde. Na sua tese de doutorado, há um agradecimento a mim, que não tinha nada a ver com o tema. Mas ele agradeceu porque teve contato nas aulas com os textos de Michel de Montaigne. Quer dizer, Montaigne ficou na cabeça dele! Não interessa se ele vai aplicar o Montaigne ou não, isso não interessa. O que interessa é formar uma unidade reflexiva. Isso acabava acontecendo. E a casa também tinha uma certa heterogeneidade, você tinha uma turma quantitativa de primeira, liderada pelo Nelson do Valle e Silva, um humanista *in pectore*; tinha o Luiz Eduardo Soares, por certo tempo trazendo questões da antropologia, trazendo a agenda da violência, que também era tratada pelo Edmundo Campos, sociólogo, em uma outra chave, e que escreveu o livro clássico brasileiro a respeito da vida prisional, ligado ao pessoal de Minas. Tivemos o Paixão, aluno do doutorado, que era um pesquisador fenomenal de Minas, excelente, com uma pegada mais quantitativa, muito inteligente. Duas linguagens diferentes tratando do mesmo tema. Havia uma retomada institucionalista um pouco mais histórica, gente com escuta filosófica. Mas a minha própria inflexão filosófica era bastante crítica com relação aos modos de lidar com a teoria e o pensamento político. Imaginava a filosofia política como campo capaz de lidar com questões de natureza prática, para

evitar exatamente um excesso de monografismo – estudos de autor – e de historicismo – uma percepção da filosofia política como inscrita em uma história contextual. Essas inclinações já estavam presentes no livro “A Invenção Republicana”. Primeiro, por que eu não posso fazer perguntas filosóficas para um período da história brasileira; indagações que eu faria para um período da história europeia? Por que eu não posso fazer isso? O que proíbe? Por que eu teria necessariamente que abraçar a minha reflexão? E depois, o princípio de que as ideias valem pelos efeitos que elas produzem na vida. Por isso que se trata de filosofia *política*. Não é metafísica, não é lógica, que são elementos importantes, mas existem em modos abstratos. Quando eu falo em filosofia *política*, eu estou falando em formas de intervenção na vida movidas por imagens de mundo. Quando eu era aluno de graduação, li fascinado textos de Levi Strauss a respeito de análises de mito, com a sugestão de que ao analisá-los, somos também pensados por eles! Você acha que vai analisar o mito de fora, mas tudo o que você está dizendo do mito está contido da estrutura subjacente e no campo de possibilidades do mito. Interessante, não é? E eu comecei a pensar nisso para o campo da filosofia política. A maneira genuína de viver a filosofia política, creio, é você ser pensado por ela também. Você ser pensado por ela, trabalhar com ela, e esse monografismo que vocês estão chamando atenção tem a ver com um afastamento. “Agora eu estou estudando Celso Furtado, agora eu vou estudar Guerreiro Ramos”. E o que está se passando com você? Como a sua sensibilidade analítica é afetada? Então, o que acontece é que esses autores, esses temas, são transformados em episódios de análise. Quer dizer, há uma “coisificação” dos objetos que se dá no campo da assim chamada ciência política empírica e se dá também no campo do pensamento político brasileiro. Acho que isso daí drena a dimensão interpretativa, a dimensão existencial que esse pensamento tem. Quando eu leio o Álvaro Vieira Pinto, que diz assim: “O Brasil tem que ser pensado do

ponto de vista do infinito”. É evidente que isso produz perturbação na gente. Eu tenho que me pôr no lugar desse pensamento. Tentar ver o país através desse pensamento, da vida, e ser pensado por ele, nessa fórmula genial do Lévi-Strauss. Então é um pouco isso, é trabalhar com a filosofia política como um corpo vivo, daí a minha resistência ao historicismo, ao contextualismo cambridgeano. Daí toda a minha resistência a essa inclinação contemporânea da história dos conceitos, que vai na direção da objetificação, da coisificação, da demanda por uma explicação do pensamento enquanto uma unidade discreta. E trata menos da dimensão existencial, confusa, do amálgama desses pensamentos diferentes na produção da vida.

JC - E aproveitando exatamente esse gancho, você começa o texto a que o Pedro já se referiu, de 2011, tratando dessa tensão entre explicação e interpretação. Não sei se você estava como editor da revista “Ciência Hoje” quando perguntaram para o Leopoldo Waizbort e o Renan Springer se ainda seria possível ou se ainda faria sentido falar em interpretações do Brasil contemporaneamente...

RL - Sei.

JC - E eu acho que isso dialoga diretamente com questões que você levantou...

RL - Ah! Eu lembro disso, foi naquele encarte que fazíamos, o Sobrecultura... lá estavam alguns iuperjianos, além de mim, que fiz questão de levar para a “Ciência Hoje”: a Maria Alice Rezende de Carvalho, o Ricardo Benzaquen e o José Eisenberg...

JC - Exatamente, porque eu acho que a ideia de “interpretações do Brasil” traz uma certa ideia de totalidade, como você colocou, e uma perspectiva de indistinção que, de fato, muitas vezes, colide com essa hiper-especialização.

RL - Na verdade, são duas distinções. Há uma distinção, do ponto de vista do afinamento do objeto, que são cortes paradigmáticos. Então não existe o Brasil. Se você for fazer um concurso para

professor universitário e te perguntarem “Qual é o seu tema?”, se você responder “Quero pensar o Brasil” vai tirar nota zero! Mas se responder “Quero estudar políticas públicas para a infância em Visconde de Mauá”, poderá impressionar positivamente a banca... Lógico que é importante tal política pública, eu não estou falando isso para diminuir sua importância. Mas há um afinamento do objeto. E a outra distinção é disciplinar. Pode haver um afinamento do objeto para discutir a política pública de qualquer lugar, afinal existe o problema de infância *dappertutto*. Então faz sentido estudar esse tipo de coisa. Admito mesmo que, sob certas condições, possa ser prioritário. Mas isso não exige obrigatoriamente um afinamento da disciplina, na maneira de pensar. Na verdade, eu estou falando de dois processos de distinção. Uma distinção ontológica, que é o afinamento, um tipo de *disembeddedness*, seguindo a metáfora do Polanyi. E a outra é a especialização de natureza epistemológica: não tem psicologia, não tem história, não tem filosofia, não tem antropologia. Há apenas o “processo decisório”. Isso me preocupa muito. Não é saudosismo, mas eu vivi em um período em que nem todo mundo era de esquerda, nem todo mundo era socialista, mas no qual a demanda para estudar política era mais para tentar entender o Estado, entender o fenômeno político e seus modos de vinculação com a vida social, usando teorias diferentes. Hoje o Estado desapareceu, ninguém mais o estuda, somente governos, administrações, secretarias, políticas.... Quem falava muito criticamente sobre isso, nos meus tempos de estudante, era o Cesar Guimarães. Hoje trata-se de desenhar políticas públicas, e isso tem a ver com a redefinição do próprio campo político, inteiramente fragmentado. A militância política hoje, em grande parte fragmentária e identitária, recusa a dimensão transversal e universalizadora... o objetivo da ação política é o de obter uma política pública para chamar de sua, ou mesmo um edital. Muito longe de negar a necessidade da tal política, estou na verdade chamando atenção para a ideia de que

a profissão crescentemente vai se dirigindo para cursos de políticas públicas. A “utilidade” da Ciência Política cada vez mais se apresenta pela aplicabilidade em questões mais específicas e mais práticas, o que é um ponto preocupante.

PL - Já no final dos anos 80, em “Reflexões sobre a gênese de uma democracia banal” (1989), você escreve o seguinte: “o caráter sui generis do autoritarismo brasileiro permitiu a consolidação de instituições representativas – parlamento, eleições e sistema partidário –, mas marcou-as com uma pesada maldição. Elas foram condenadas a uma sobrevivência mitigada, descolada do mundo social, vale dizer, do mundo do interesse”. Esse tema do descolamento entre as instituições representativas e o mundo social atravessa a sua preocupação com a democracia brasileira até hoje, não é?

RL – Sim, essa é uma das linhas que permanecem em minhas reflexões. Um argumento de longa duração, digamos assim. No contexto em que eu escrevi esse texto, em 1987, em pleno governo Sarney, a Constituição não tinha sido promulgada ainda. Foi o período terrível em que inventaram o “centrão”, quando a questão fundamental da Constituinte passou a ser o mandato do Sarney. Quer dizer, ali aparece o laboratório, o preâmbulo, do que hoje é a interação entre o Congresso e o Presidente. Sarney inaugurou esse tipo de coisa. Mas já na época eu resistia a uma interpretação muito conjunturalista disso. Minha intuição é que isso tinha um lastro. Eu comecei a pensar a respeito da experiência de uma ditadura com parlamento aberto e com vida política “normal”. Com eleições para tudo, salvo para presidente, governador, prefeito de capital... Era uma vida política “normal”: eleições, bipartidarismo formal, mas na verdade eram seis partidos, pois havia sublegendas. Então, seis partidos é vida política normal, em qualquer lugar é normal. Seis partidos em eleições regulares... está condizente com o “manual de Ciência Política”. Algum jogo permanecia existindo, e o parlamento, que permaneceu funcionando

para resolver vários problemas e que, já desde o 1º Ato, com a cassação de parte da elite parlamentar, perde progressivamente a porosidade. Ele passa então a ter uma experiência autônoma, de autonomização. Essa ideia eu mantenho, a ideia de que alguma coisa se passou com o Parlamento brasileiro no período autoritário. Também pela natureza da transição brasileira, que foi feita pelas regras do jogo do antigo regime, ao contrário de todas as outras (Espanha, Portugal, Argentina, Uruguai e Chile) onde houve ao menos uma quebra. No geral, dentro das “regras do jogo”. Transição inteligente, lógica pactuada. Só que essa transição lega para a democracia um parlamento com hábitos próprios, com certo tipo de auto-representação, como um poder autônomo. E na democracia ele vai ter oportunidade de se fazer governo; ele passa a ser o *demos*. Nós aqui fora éramos o *demos* real na rua. Diretas já, campanha pela anistia, aquela coisa toda. Mas o *demos* efetivo era o parlamento. E toda a questão da representação, de lá para cá, passou a ser a relação desta *polis* com o governo e não da *polis* com o verdadeiro *demos* aqui fora. Então, eu acho que você está correto, esse tema percorre a minha percepção do Brasil. O que meus colegas chamam de “consolidação da democracia” é um processo que está associado a várias coisas, direitos que estão aumentando, mais participação, uma série de indicadores de outra direção. Mas está associado, na verdade, de maneira muito forte, à *consolidação* dessa forma perversa de pôr o tema da representação, cuja falha de origem é a ditadura. Isso está me levando a repensar inclusive o período de 1946-1964. Essa “consolidação perversa” seria a negação da experiência de 1946-1964. Um período em que tivemos efetivamente o início da montagem de um sistema amparado na ideia de representação, com todos os problemas que ela tem. Não sou exatamente um adepto fundamentalista dela, mas ela pode funcionar melhor ou pior, e pode ter resultados interessantes. Entre 1946 e 1964, a representação começou a se organizar voltada para baixo, com um sistema partidário que fazia sentido. E esse mundo, nós perdemos e nunca mais recuperamos. Uma

coisa que eu acho interessante, perversa, é o quanto as ciências sociais brasileiras se consolidam contra a República de 1946, tematicamente. Contra! É impressionante. Há muito mais indulgência com a ditadura, por meio de certos revisionismos, em que se afirmam que havia ali [na ditadura] certa “noção de Estado”, certo “nacionalismo”, certa “preocupação estratégica”.

PL - O termo “democracia”, inclusive, é muito pouco usado para se referir à República de 46...

RL – Pois é. Cassou o PCB? Cassou. Um horror, promovido por gente da UDN e acatado por pusilânimes multipartidários.... Toda democracia tem limites. Estou falando da democracia realmente existente, não estou falando da entelúquia que se tem na cabeça do que seja a democracia. Em comparação ao que nós tivemos até 1945, aquele foi o momento mais democrático que tivemos. Um eleitorado diminuto de 3 a 4%, em 1930, salta para 17%, em 1945, com mulheres votando e pobres votando. Pobres votando! Nunca antes neste país, em tamanha escala. Os partidos que organizam politicamente o mundo popular passam a ser “populistas”... Não vai ser o brigadeiro Eduardo Gomes que vai fazer campanha em Madureira, não é? É o PTB que vai lá. Teria sido melhor não ter “ido ao povo”, para não merecer a pecha de “populistas”?

JC - E esse eleitorado vai mais que duplicar durante a República de 1946, isso que é interessante.

RL - Vai duplicar! E aí voltamos para o paradoxo brasileiro: o eleitorado duplica na República de 46 e praticamente triplica durante a ditadura. Ele dá um salto de 1966 a 1984, o que é outra maluquice! Quer dizer, é uma ditadura que incorpora do ponto de vista formal, pelo menos, pelo alistamento obrigatório. No Chile, eles rasgaram os registros eleitorais, jogaram fora. Então, há quem tenha a partir disso uma visão meio poliânica da história, “não foi uma ditadura tão feroz assim”, etc. Esse não é o ponto. O ponto reside no quanto essa ditadura

afetou a cultura da representação. Esse é o ponto. Isso tem a ver com outra questão que me incomoda, que é o sincronismo. A tendência de se pensar a política no aqui e no agora, com uma dificuldade de incorporar a perspectiva histórica da duração. Ao contrário, é preciso tentar pensar o momento como o lugar do desabamento de tempos diferentes. Pensar que nada do passado passou, já bem dizia o grande Falkner... Então, esse passado, como o passado de escravidão, que é muito mais remoto, não passou. Ela está viva, não como escravidão, mas com seus efeitos que, de um certo modo, são também a escravidão! Esse passado da distorção representativa da ditadura não passou. Ele criou, como diria Norbert Elias, estruturas de oportunidades – e não “incentivos” – para a produção de certos efeitos que não teriam sido produzidos se a configuração originária fosse de outra natureza.

JC - Esse é um tema que me interessa muito também. A ideia de “jogo”, de “modelo”, tem dificuldade de lidar com a historicidade...

RL – Exatamente. Não lida com o tema do tempo. O “modelo” é aqui e agora; ele é *flat*, bidimensional. Ele se fixa no espaço. E quando se põe o tempo, passa-se a lidar com um objeto que não tem limite. Quantas camadas de tempo são relevantes para explicar um instante? Quantos tempos ocorrem em um instante?

PL: Você está pensando a história do nosso presente a partir desse desvio fundamental que foi a ditadura...

RL – Isso. O nosso trauma histórico foi a ditadura.

PL: Mas tem muita gente hoje pensando no Brasil e tentando recauchutar velhos repertórios e velhos conceitos. E um deles que tem sido muito usado é o de “populismo”. Muitos tentam ver a experiência do PT no poder nessa chave. Será que o populismo dá conta de explicar o que está acontecendo? Será que deu conta de explicar alguma coisa antes? E será que dá conta de explicar agora?

RL - Acho que não. O populismo foi fundamentalmente uma acusação retrospectiva, uma crítica a um experimento de abertura

política, de popularização da política. Depois permaneceu como conceito inercial, à procura de objetos para chamar de seus. Brizola e Arraes, quando voltam do exílio, já encontraram a cultura conceitual do populismo à espera. No caso de Brizola, criou-se mesmo uma barreira cognitiva, por parte dos segmentos hegemônicos da esquerda. Muitos dos quais atacavam o “populismo” pela esquerda, hoje seguem a fazê-lo pela direita... Octavio Ianni, que era um homem adorável, intelectual íntegro, publicou, logo em 1968, um livro infeliz: “O colapso do populismo no Brasil”. Não lhe ocorreu escrever “O colapso da democracia no Brasil”... É porque para muitos, até hoje, existe a ideia de uma “verdadeira incorporação” do povo no processo político, a partir das ideias de classe e de partido, fundadas numa caricatura do que teria sido o modelo europeu em algum momento. E assim não se levam em conta as condições históricas da *popularização* da política brasileira nos anos 1940, precedida por um período autoritário, para dizer o mínimo sobre a ditadura de 1937. Por sua vez, precedida de longo período oligárquico de não incorporação política. A partir dos anos trinta – salvo o interregno do Estado Novo –, o Brasil fez uma incorporação eleitoral progressiva, pela via do Direito Público e Constitucional. Padrão distinto de países que fizeram incorporações ao longo do tempo, precedidas em muitos casos por processos de constituição de identidades sociais e políticas que pressionavam por inclusão eleitoral e por acesso à representação. Nossa incorporação eleitoral sempre se realizou pela via do Direito Público, sem o requisito histórico de precedência de mobilização e organização populares. Não houve um movimento da cidadania pela incorporação eleitoral. Direitos de participação eleitoral resultam, em grande medida, de um processo de adaptação de indivíduos a regras prévias de inclusão, tais como idade e alfabetização. Quando Assis Brasil fez o Código Eleitoral de 1932, havia mulheres fazendo campanha pelo sufrágio feminino, mas não havia um clamor intolerável em relação a isso. Foi Assis Brasil,

com suas convicções, que pôs lá no Código Eleitoral o voto feminino. E também o voto secreto, a justiça eleitoral e o voto proporcional. Quando despertamos da ditadura do Estado Novo, em 1945, a aplicação daquele Código Eleitoral ao quadro do Brasil de 1945 resulta em um eleitorado de 17% da população. Instantaneamente! Como que você, em 19 anos – 1945 a 1964 – organiza um sistema partidário nos moldes do sistema inglês, francês ou belga, como os intelectuais anti-populistas gostariam que fosse? Então, estávamos em pleno processo de configuração de um sistema representativo com perspectivas de democratização. Comparativamente falando, era a nossa democracia. Mas como a democracia é um processo, eu prefiro pensá-la como um experimento de abertura popular em vias de democratização. Um processo possível e passível de democratização, que é atravessado por várias lógicas, por líderes carismáticos. A Inglaterra também os teve. Os líderes populares deles eram carismáticos, é claro, e tinham que compensar na garganta e no carisma o fato de que o campo conservador tinha uma hegemonia inercial, fruto de sua dominação estrutural, que durava vários séculos! Então, eu acho que há uma leitura ruim do “populismo”. E o Lula, em certo sentido, é a retomada dessa ponta, ele que politicamente resulta de um caldo cultural político anti-populista... Embora ele tenha sido doutrinado contra o Getúlio, contra o getulismo e contra tudo o que é trabalhista... o Lula é isso. Ele faz as pessoas chorarem: “eu sou uma ideia, eu estou no coração de vocês”. O que é isso? É a mesma linguagem, o mesmo campo semântico, da política popular que estava em curso no Brasil naquela época. Se aquele sistema tivesse tido vida própria, talvez ele pudesse coagular movimentando os indicadores de educação, com uma experiência política acumulada, eleição atrás de eleição. Talvez resultasse na politização progressiva das massas. Aí, quem sabe, a gente viraria “uma Noruega”, ou uma Suécia, cuja trajetória virtuosa teve por ponto de partida uma aliança entre socialistas e líderes religiosos para combater o alcoolismo no mundo operário... Mas não aconteceu. Eu

não compro essa ideia de que o populismo como conceito possa ajudar a gente a entender a nossa particularidade histórica, mesmo porque, conceito não é. Sobretudo agora, quando a ideia é aplicada como estigma aplicável a qualquer projeto ou governo que queira afrouxar um pouquinho a política fiscal. Ou seja, qualquer governo atento ao que os eleitores querem passa a ser “populista”. Salvini, na Itália, não é odioso por ser populista, mas por ser fascista.

JC - Esse ponto do Pedro acaba nos aproximando mais da conjuntura. Eu acho que parte do sintoma do que você colocou sobre essa especialização da Ciência Política passa por uma certa dificuldade que a academia tem para interpretar certos fenômenos, como, por exemplo, Junho de 2013. Era frequente uma acusação das massas pela pouca clareza das suas demandas...

RL – Sim. Isso tem a ver com a nossa dificuldade de lidar com objetos amorfos. Sem arestas, que não se consegue segurar, carregar. Não estamos preparados, em geral, para lidar com objetos que extrapolam a nossa familiaridade analítica. Eu acho que o que aconteceu em 2013 foi um pouco isso. Não temos um entendimento disso – não vou dizer “entendimento pleno” que é uma coisa meio ingênua, mas um entendimento razoável disso. É algo que precisa ser pesquisado ainda. Por exemplo, as linguagens que estiveram presentes ali... Uma pista pode residir aí: não tentar identificar a natureza dos movimentos, se eram de esquerda ou direita, mas sim o que era dito, o que era focalizado. E há muito material para isso. Porque a linguagem é o elemento fundamental que conduz a ação, que confere significado à ação. Então continua sendo um mistério: como uma sociedade, independentemente do seu significado, produz um *uproar* daquela magnitude e aquilo logo desaparece. Sendo que diante de contextos muito mais sérios, muito mais graves, muito mais dramáticos, ocorridos posteriormente, nada comparável àquilo apareceu? O Vladimir Safatle tem uma leitura interessante, que é a ideia de que alguma acumulação terá havido, e de

que é da natureza do processo de irrupção a sua assistemática. Eu acho isso interessante, acho bonito, esteticamente agradável. Mas talvez seja apenas um *wishful thinking*. Acho que no fundo nós não sabemos o que ocorreu. A nossa capacidade de entendimento está associada à repetição; as nossas ciências não são ciências da singularidade absoluta. Tendemos a projetar coisas do passado sobre isso e acaba ficando tudo muito opaco. Para mim, é um mistério. Não tenho pudor em dizer que para mim é um mistério. Sobretudo, a não reemergência daquilo. Por que não aconteceu depois? Foi pela repressão? Se for um milhão de pessoas às ruas, ninguém vai bater em um milhão de pessoas...

PL - A gente sabe, contudo, o que aconteceu depois. Junho de 2013 tem uma certa opacidade, mas olhando de agora, cinco anos se passaram, e a gente sabe o que aconteceu depois. Por mais que estabelecer vínculos de causalidade seja muito difícil... Como você estabelece essas vinculações?

RL - A gente sabe o que aconteceu depois... São várias as explicações. O que eu acho mais razoável é analisar a dificuldade da reação imediata do governo. Sua incapacidade de incorporar aquilo, de assumir o problema como do seu próprio campo. Tratou como se fossem adversários. Intelectuais importantes chamaram aquilo de fascismo. Houve uma histeria com relação a meia dúzia de alopados mascarados fazendo besteira. Se aquilo fosse fascismo... Eu acho que houve problemas de leitura, de entendimento e de supervalorização da capacidade do governo de isolar aquilo. Isso tem a ver inclusive com o fato de que a esquerda que estava envolvida logo sai do movimento. O Movimento Passe-Livre logo sai do movimento. Eu acho que os jovens foram percebendo que a rua não era deles, que aquela rua era uma rua complicada. E ela virou uma oportunidade para uma direita que estava recalcada, depois de dez anos de um governo de esquerda. Eu acho que aquilo criou uma oportunidade prática de botar gente na rua. Há um efeito de imitação, de contágio. Uma ação de multidão por

epidemia. Vai então aquela multidão apolítica para a rua: bandeira do Brasil, camisa da seleção... Partido não entra, logo só entra o pior da direita. Transformaram a camisa da seleção num símbolo horroroso... Enfim, acho que é interessante pensar na ideia do Norbert Elias, de uma configuração que criou oportunidades de ação que antes não estavam dadas. Aí essa maré vai para rua - essa sim, uma maré deseducada da política, e não os participantes dos comícios do PTB nos anos cinquenta, ou do Comício de 13 de Março, na Central do Brasil... Qual é a maré deseducada da política? Uma fração da classe média, deseducada da política, mesmo tendo tido condições culturais e educacionais de não serem tão deseducados assim politicamente. Então se precipitam camadas de boçalização, que sempre existiram no meio de nós, porque a precariedade política é a prima-irmã do dogmatismo político. Não há campo para o debate, para a conversa razoável. Acho que se pensarmos nas consequências de 2013, há uma reconfiguração da cultura política com a emergência de coisas que já estavam lá, mas estavam contidas, meio envergonhadas.

PL – Gostaria de retomar uma passagem da introdução de “A Invenção Republicana”, que é a seguinte: “creio que é uma hipótese digna de respeito a suposição de que as elites sociais podem ser possuídas por doses elevadas de truculência e estupidez, ainda que eu não possa prová-lo com índices e medidas”. E essa ideia de bestialidade da elite está muito difundida hoje; a ideia de que a gente no Brasil lida com uma elite que seria patologicamente perversa, e que não soube conviver com índices mínimos de mitigação da desigualdade. Será que é isso mesmo?

RL - Eu acho que quando eu escrevi isso, pode ter havido um certo exagero... Você escolhe, opta pelo exagero às vezes. Quer dizer, a “estupidez” ali tem a ver com uma ignorância de fundo, em contraposição à concepção, que era comum em certa análise marxista, de que essa elite tem interesses, sabe dos seus interesses e sabe como

fazer com que esses interesses se concretizem. Então, nessa chave, a elite saberia fazer a correspondência precisa entre infraestrutura e superestrutura. Não haveria margem para erros. A “estupidez” vai nesse sentido. E a “truculência” também, que está mais próxima da noção do Norbert Elias, sobre a reiteração de certos padrões, e mais do que padrões, sobre a reiteração de que não há limites para certo tipo de comportamento. A ideia de que os pobres podem ser castigados, por exemplo. São reiterações subterrâneas e minimalistas que acabam configurando um padrão de supremacia política, cultural e social que as elites comungam. Eu faria hoje uma formulação um pouco mais matizada. Mas a intuição que eu tive na época era essa, da truculência pela indiferença. E a bestialidade como sendo o oposto da onisciência, trazendo para a história esse componente da irracionalidade.

JC - Acho que os próprios pressupostos da nossa conversa apontam para a dificuldade que esse debate aqui tem de lidar com alguns desses repertórios, dessas linguagens, que se reforçaram depois de 2013 e que são certas reivindicações à direita, das mais moderadas às mais ferozes, que vão justamente contestar certos pressupostos colocados aqui. Havia uma certa direita que temeria advogar claramente contra a igualdade. Havia uma disputa por meios, talvez uma disputa pela intensidade dos fins, mas não havia uma divergência radical em relação aos próprios fins. E agora você vai ter novas expressões à direita que vão reivindicar o que antes soava absurdo. Eu queria que você falasse um pouco sobre isso, sobre como você vê esses novos repertórios, esses novos atores, esses novos padrões no campo da direita.

RL – Mesmo o campo da direita sensível ao tema da inclusão associa essa questão à competitividade brasileira. Chegaram à conclusão de que a qualidade da força de trabalho brasileira é muito ruim e tiveram a ideia brilhante de que isso só se resolve com um reforço no campo da educação. Mas essa é uma sensibilidade do problema produzida por um diagnóstico do campo da atividade econômica, a questão residiria

na nossa competitividade. Eu não vejo no campo da direita dura uma preocupação consistente para a criação de um campo reflexivo mais geral. Você tem as explosões de homofobia, de incitação à violência, de causas pontuais, mas que ainda não configuraram um sistema. Nada impede que isso possa ocorrer, mas aí exigiria um padrão reflexivo de maior sofisticação. E tudo indica que não há matéria cerebral capaz de coagular isso para além da vociferação alucinada de proposições. Qual o sentido dessas proposições? Elas vão na direção de algo que já está presente e constituído em parte do tecido social brasileiro. O problema da direita, na verdade, é esse. A virtude prática da direita, o problema da direita para os democratas em geral, é que ela, em grande medida, não acrescenta muito à vida como ela é. Em outros termos: a vida é de direita. A direita diz como a vida é, e a esquerda diz como a vida deve ser. Essa para mim é uma diferença axiológica fundamental. Então essas proposições da direita resgatam um fundo presente na sociedade brasileira, ao qual pretende dar passagem em toda a sua espontaneidade e crueza. Nada de mediações, nada de política. Quando o candidato inominável diz que não quer chegar em casa e encontrar o filho dele “brincando de boneca” – 80% dos pais brasileiros concordam com isso. Você tem alguma dúvida disso? É uma loucura.

JC - Por mais que parte dessa direita vá fazer o discurso de que é disruptiva e antissistema...

RL – Na verdade, ela precisa eleitoralmente fazer emergir o que já está lá, que é aquilo que o processo civilizador tem de corrigir e mitigar. Então, ela aposta na falha do processo civilizador, recuperando o que já está lá constituído, intocado em estado bruto e natural. Portanto, ela não acrescenta nada. Na verdade, a epistemologia da direita é naturalista, da “vida como ela é”, enquanto a outra epistemologia trabalha na perspectiva que eu chamo de “suplementação da experiência”. Voltamos para a filosofia política porque toda a tradição da filosofia política é caracterizada por exercícios de suplementação. O *topos* do egoísmo

humano, da dificuldade de cooperação, está lá em Aristóteles e Platão. Isso não foi descoberto pela *rational choice*. Esse é o lado escondido de uma reiteração antropológica. Não digo que nós sejamos assim, mas é curioso como há milênios uma série de pensadores dizem coisas diferentes sobre o mundo e para todos eles existe essa ideia de que a reflexão política é algo que constroi uma certa imagem de mundo que nos dirige para o comum. O comum pode ser várias coisas. O comum é o tema subjacente. O que se opõe ao comum? O idiótico, o particular. Isso chega até o século XX. Habermas talvez seja um dos últimos grandes expoentes, mais ou menos contemporâneo nosso, dessa tradição da filosofia política. O que a gente começa a ter, do século XIX até hoje, é uma representação da natureza humana totalmente naturalizada. Quer dizer, essa metafísica teria que ser dissipada e a sociedade teria que se organizar de acordo com os seres humanos tal como eles são, da vida como ela é. Polanyi estudou como a sociedade do século XIX sobreviveu a isso porque conseguiu resistir. Mas isso regurgita no final do século XX e se radicaliza no XXI. Eu não sei se a sociedade tal como nós a conhecemos vai sobreviver à falência completa desse sistema de suplementação associada à falência completa dos instrumentos de implementação, pela desqualificação da política. Quando não se tem a metafísica e não se tem os operadores, o que resta? A natureza humana sendo idêntica a si mesma. Consultando todos os nossos antepassados desde Aristóteles, você vai recordar: “Não deixe que a natureza humana fique idêntica a si mesmo”. Eu não sei o que é a natureza humana, nem sei se existe uma natureza humana. Mas fico impressionado como há milênios uma série de pessoas das mais diferentes posições passa pelo tema: Marx, Locke, Rousseau, Hobbes, Montaigne, Aristóteles, os medievais.

PL - Queria trazer o tema da “Constituição de 1988 como experimento de filosofia pública”, que dá título a um de seus ensaios.

Você defende a ideia de que ali você tem de fato uma imagem de comum...

RL - Aquilo é um grande experimento de suplementação, o Brasil *deve ser*, o Brasil *tem que ser*.

JC - Gostaria também que você complementasse essa percepção com outra ideia, que você trabalha nesse mesmo texto, do direito constitucional como um operador da filosofia política.

PL - Pois então, será que isso está posto à prova hoje? Temos muitos debates girando em torno do ataque direto à Constituição. A ideia corrente entre economistas neoliberais de que “a Constituição não cabe no orçamento”. Então, como no Orçamento você não pode mexer, você mexe na Constituição...

RL - É uma loucura! Teria que mudar toda a técnica de elaboração constitucional. Primeiro, a gente chama o pessoal do orçamento: “quanto a gente tem de dinheiro?”. Eles respondem: “Vocês têm tanto de dinheiro”. Então está aqui.

JC - E isso é entendido como uma ciência objetiva...

RL - Uma ciência objetiva. O Paulo Guedes acredita nisso, que só pode fazer uma Constituição que caiba no seu *budget*. É absurda essa concepção, viola qualquer teoria da constituição... Mas retomando a ideia de que estávamos tratando, da filosofia como elemento de suplementação. Do pós-guerra para cá, o chamado constitucionalismo democrático traz a percepção de que a Constituição é o lugar de materialização de coisas que não estão só no campo do direito. Em um primeiro momento, a grande revolução moderna foi a incorporação dos direitos civis, individuais, da liberdade individual, mesmo entre as constituições ultraformalistas. Este é um valor, não pode sair daí. As mais modernas, logo depois, trazem o tema dos direitos políticos e a ideia da instituição da cidadania. Recentemente, aparece uma pauta de direitos muito mais ampla. Quem é que faz chegar essa pauta de direitos? Onde que isso é formulado? Acho que esse é o debate todo

que se dá no campo da filosofia política e da própria ação política, afetado pela filosofia política e afetando-a ao mesmo tempo. Esse é um ponto importante. Outro ponto é que a elaboração da constituição é uma oportunidade de, por maioria simples num dado momento, fixar alguma coisa “para sempre”, sobretudo se for cláusula pétreia. Assim se eterniza um certo equilíbrio de forças, transformando a constituição em um elemento poderosíssimo contra-majoritário. Por piores que sejam as maiorias que vêm depois, com as cláusulas pétreas passa a haver uma certa “fortaleza” ali de princípios inamovíveis. O que aconteceu com a gente? Aconteceu o que não era previsto. Esse otimismo constitucional imenso foi acompanhado de um pessimismo político de igual dimensão, como se tivesse operando ali uma crença subjacente de que a política entre a gente é irreformável. Então tentamos atalhar pela constituição. Em vez de transformar essas questões em luta política, de ir ao processo político ganhar direitos sociais, como no mundo inteiro: você ganha a luta política e eventualmente até constitucionaliza, mas primeiro ganha a luta política, e depois tenta fazer ficar irreversível através de políticas de Estado e da própria configuração do Estado, sem ter necessariamente que constitucionalizar. Mas essa é outra realidade. Aqui a gente põe o direito antes que exista o mundo, põe o direito para que aconteça no mundo. Por quê? Porque a gente não acredita na política. Resultado: os operadores desse sistema emancipatório ganharam músculo, vida própria, interesses corporativos, criaram perspectivas de autolegitimação cada vez mais fortes e hoje fazem parte de uma casta de *concursocratas*, que representam a sua legitimidade a partir do mérito pessoal. “Fizemos um concurso por mérito pessoal, não fizemos campanha, não compramos voto de ninguém, nosso mandato é mais legítimo e bonito, mais *republicano*”, para usar a expressão que me incomoda bastante. “Os outros terão que ir lá disputar voto, vão ter que pedir, fazer caixa-dois, essa imundície da democracia, da democracia política”. Bem, isso está entortando o país completamente.

Sobretudo quando o Direito Penal ocupa o proscênio e a iniciativa da faxina. Com a atrofia de um instrumento fundamental que nós temos no país, criado pelo velho Assis Brasil em 1932, que é a Justiça Eleitoral. Extremamente atrofiada, sequer tem corpo próprio de magistratura. Por exemplo, uma crise dessas pela qual passamos, que envolve problemas de financiamento de partidos e de campanhas... O que seria um cenário razoável? Se há evidências de que partidos determinados, ou todos eles, numa determinada eleição financiaram seus candidatos com caixa-dois, aplique-se a cassação do registro partidário e anulação de mandatos, por exemplo, como medida da Justiça Eleitoral, enquanto mecanismo de proteção do sistema representativo. A ideia é que a Justiça Eleitoral seja um elemento de proteção do sistema representativo, para que ele pudesse funcionar sem as negociatas, sem que os potentados locais fraudem eleição, roubem a urna e mais recentemente fraudem o controle das contas. Só que acaba que ela não tem meios para fazer isso, e o resultado é que a Justiça Eleitoral não age como elemento de proteção do sistema representativo, como parte integrante do “complexo da representação”. Todas as questões inerentes ao sistema representativo que são passíveis de algum tipo de pendência são tratadas pelo Direito Penal, cujos operadores resistem ao fortalecimento da Justiça Eleitoral. O direito penal imiscui-se no âmbito da representação. E do jeito que está, enquadrar esse sujeito no ponto de vista do direito penal é o caminho para você arrebrantar com a estrutura partidária. São coisas que decorreram da Constituição, que deu musculatura e apostou que o Ministério Público e os juízes fossem os operadores da cidadania. Uma cidadania que não encontrava na política a sua expressão e que aprenderia rapidamente a usar os institutos que a Constituição criou: mandato de injunção, ADIN, tudo aquilo que o Werneck Vianna estudou magnificamente. Cada vez que eu uso mais tais instrumentos, menos vou aos partidos... E eu não sei como se sai disso. De um lado você tem a “representação dos representantes” correndo solta, e do outro lado

you have the republic of *concurso*cratas and the Criminal Law cleaning the political activity and creating a political desert, besides a big paradox: the biggest popular leader of Brazil, the most important leader of the modern Brazilian history, condemned because of what seems to have happened with a relationship to a beach apartment. Condemned to twelve years of imprisonment and cannot be a candidate for presidency, in a dosimetry that would hardly be applied to a murderer with good antecedents and attenuating circumstances. The ambassador Marcos Azambuja, one of the most notable figures of Brazilian diplomacy, affirmed in an interview to *Valor Econômico* that "Brazil will only have peace when Lula is released". I have the conviction that the ambassador never voted for Lula and will hardly vote. Belonging to a different political field, he has notable experience and intuition with respect to primacy and the necessity of a consensual minimum framework for us to get out of the crisis. The ambassador is one of our few reserves of good humor, good sense, good manners and intelligence. But, finally, there is a legal impediment, and the automatism of Criminal Law limits the field of political opportunities. How do we get out of this? I don't know. What does not give is to keep saying that things are resolved in the field of Criminal Law, where we have the last word, without taking into account consequences imposed by this primacy.

PL – In a recent interview you cite the "dispositive of Curitiba". You think that they are partisans or just corporativists?

RL – I have the conviction that they are auto-partisans. They act as if they were the real "representatives of the republic". This is, technically speaking, a self-delusion. Everything is well because the idea of representation is itself the fruit of a delusion, but at least it requires an explicit delegation of powers. It is not the case: they are deluded, in the sense that they delude themselves about their own role. What is delusion about their role? It is the judge, when he pronounces a sentence, to convince himself, more than to pronounce a sentence, that he is doing justice in abstracto. "The judge

proferiu uma sentença” – eis uma frase puramente descritiva. Já “o juiz fez justiça” é a expressão de uma alucinação. Então já se está na esfera da alucinação – daí aparecem promotores que têm Twitter, Facebook, Instagram, etc... juízes que produzem clamor público... pantominas com power-points, gravações ilegais e vazamento seletivo de peças processuais...

PL - São operadores do direito que estão o tempo inteiro extrapolando os limites do direito...

RL - Estão produzindo clamor público. Tecnicamente é isso, estão produzindo clamor público. E a justiça, que sempre diz que não pode decidir em função do clamor público, passa a produzir exatamente isso. A partir daí, juízes e promotores fazem política: estão no Twitter, no Facebook. Fazem Power Point. Antecipam culpabilidade, criam uma percepção, uma semântica, uma gramática, uma linguagem – criam uma linguagem da política, ao mesmo tempo em que a demonizam.

JC – Há um compromisso abstrato com certa ideia de justiça com ênfase nos resultados. Cria-se uma lógica onde os resultados têm que ser produzidos. Não importam os meios. Muitas vezes a lei vira, ela própria, um empecilho para os próprios resultados almejados.

RL – E a classe política não reage, porque tem medo e pusilanimidade. Coisas razoáveis que qualquer país decente acolhe, como, por exemplo, algo que regule o abuso de autoridade; isso no Brasil aparece como um “incentivo” à corrupção. Como se uma lei de abuso de autoridade fosse uma medida que beneficiasse exclusivamente os 20 casos que estão espetados na Lava Jato. A medida beneficiaria os que agora estão apanhando na delegacia, ali na esquina, ou que tem suas casas invadidas pelos operadores das ações de GLO... Seriam eles, na verdade, os beneficiados com a lei de abuso de autoridade. Como é que se tem democracia se os cidadãos não dispõem de recursos contra o abuso de autoridade? Como se muda isso? Apenas pela política. Com uma eleição presidencial consagrada, uma proposta clara de reforma

democrática para esse sistema. Mas também, ao mesmo tempo, criando institutos de proteção do sistema representativo, a ele inerentes. Isso é fundamental também: a relação entre dinheiro e política não pode continuar tal como existe hoje. A relação entre dinheiro e política tem que ser controlada. Não é por moralismo, mas sim para a proteção da representação.

PL – Em meio a tudo isso, eu queria te fazer uma pergunta schwarziana: que horas são? Que horas são, hoje, no Brasil? Pergunto isso no sentido de que muito tem se falado sobre um “esgotamento” da Nova República. É isso mesmo, ela se esgotou? A ideia de “esgotamento”, você a considera interessante?

RL - Olha eu escrevi em 1987 que ela já estava meio esgotada, né? Que ela já estava meio complicada... Eu entendo o esgotar no sentido da sensação de que as coisas estão se desfazendo. Então intuitivamente eu entendo. Agora, ela me compromete analiticamente ao opor a ideia de esgotamento à ideia de plenitude. Eu acho que a Nova República já começou de uma maneira muito problemática. Ela foi o abrigo de coisas muito importantes, ela foi a redemocratização que nós tivemos, já que não estamos operando num plano fora do mundo. Coisas importantes aconteceram. Tivemos dois governos que ao menos podem ser caracterizados como bons governos, que foram o primeiro governo Fernando Henrique e o primeiro governo Lula. Os dois governos tiveram impactos importantes no país. Coisas aconteceram. Mesmo no próprio governo Sarney, no que diz respeito às liberdades públicas. A pequena constituinte de 1985, que foi na verdade uma primeira grande mudança, quando toda a legislação autoritária foi eliminada e o voto analfabeto foi permitido. Houve muitas coisas, o próprio SUS foi elaborado nesse processo. Mas na estruturação do sistema representativo, que é o ponto que subjaz a isso tudo, a Nova República já começou de uma maneira muito torta. E como no Brasil, tudo que é bom vem junto com o que é ruim... Na vida em geral é assim, mas no Brasil

há esse componente particular: não há uma superação. O que se tem, na verdade, é a reiteração do arcaico, do arcaísmo. Algo que o Werneck, a partir do Gramsci, vai tematizar na chave da “Revolução Passiva”. As instituições, de um ponto de vista puramente analítico, não parecem ter mais razões de existir porque as condições materiais mudaram. Não obstante, elas existem, sobrevivem... Na Nova República, chega ao paroxismo esta inversão completa da representação. A radicalização da ideia de que a representação representa os representantes e a ocupação da agenda pública e do espaço público comum pela justiça, e não pela política. E os cidadãos? Como eu organizo os cidadãos sem partido político, eu organizo na justiça? No escritório do Ministério Público? Como eu faço? Não é para isso que foi criada a justiça, para organizar ativamente os cidadãos. E há uma generalização da ideia de crise. Por um lado, não é um fenômeno brasileiro. É também um fenômeno europeu, internacional. Mas uma coisa é você viver problemas de desajustes, de esgotamentos de sistemas representativos em sociedades nas quais o sistema representativo produziu alterações expressivas na vida. Resolveu coisas lá atrás, como por exemplo no caso do sistema educacional francês, que é magnífico. Coisas que foram consolidadas ao longo da democratização da sociedade francesa. Então mesmo quando aparece alguém como Macron, quando as pessoas começam a desacreditar na democracia, é muito difícil para ele e para qualquer um desfazer o que já está consolidado. Nem Thatcher conseguiu fazer isso na Inglaterra. Então não dá para comparar conosco. Nós não entramos nesse jogo da irreversibilidade das instituições de proteção social. Perdemos catorze anos preciosos, quando isso poderia ter sido feito. Poderia ter sido elevado o limiar da irreversibilidade para limites muito mais avançados, mas preferimos uma pauta de radicalização democrática puramente adjetiva, sem avançar uma pauta de radicalização democrática de irreversibilidade. A pauta comportamental toda explodiu. A política identitária. A fragmentação

das identidades, das linguagens, a crítica da empatia como valor político fundamental. A ideia de que eu não posso aderir a uma causa que diretamente não tem a ver comigo, mas à qual eu me vinculo por meio de elementos de empatia e de imaginação. Isso elimina qualquer mecanismo alucinatório na política. Então há uma erosão da identidade comum, da identidade transversal, da universalidade. A gente fez isso no Brasil por catorze anos: entendemos a radicalidade democrática como essa expressão identitária e fomos absolutamente moderados naquilo que o Mannheim chamava de “democratização fundamental”. Até por preconceitos da velha esquerda, da extrema esquerda, que sempre viu essas coisas como reformismo. Então o que é revolução? A URSA, recriada pelo incrível Cabo Daciolo? Revolução nos nossos tempos é estender a irreversibilidade, ir o mais longe possível, porque sempre vai haver o outro lado e quem queira nos empurrar para trás. E a ilusão da velha cultura da revolução, hoje reativada pela extrema direita, é que o outro lado vai e deve desaparecer.

PL - Estamos em maus lençóis, não?

RL - Não, até porque tem muita coisa para pensar. Mas acho que isso exige mudar nossos mecanismos habituais. Por isso me tocou muito o quanto a atividade intelectual ficou enquadrada na moldura universitária e o quanto a moldura universitária ficou pautada pelos rituais de certificação.

JC - Para encerrar, você poderia comentar sobre algo que já tinha mencionado antes, essa transformação dos intelectuais em professores universitários...

RL - Professores têm que ensinar coisas, matérias. E são pessoas excelentes. Olha, eu não desqualifico o trabalho de ninguém, a questão não é essa; as pessoas são sérias, são honestas e algumas são excelentes. A questão é a configuração cultural na qual nos enredamos. Importante considerar que a divisão do trabalho intelectual afeta a configuração cultural do país. Não estou discutindo só currículo.

Quais são os recursos que o país tem para ser imaginado? Então tem que ter gente treinada na linguagem do comum, que atravessa os fragmentos. Mas a vida vai na direção da hiper-especialização. Contudo, se a vida vai numa direção, nada nos proíbe de produzir contra-movimentos interativos, e não destrutivos. Certamente esse tipo de gente, treinada na linguagem do comum, para que faça discursos razoáveis e responsáveis, vai ter que se valer muito do trabalho dos especialistas. Não se trata aqui de um discurso alucinado e injusto contra o especialista. Precisamos de gente que entenda de sistema partidário, de política pública, de desigualdade no Brasil, etc.... Há muitas pessoas fazendo um trabalho seríssimo. O problema é: qual é o espaço de que dispomos para nos fazermos ouvir, fora da reiteração de nossas particularidades? Podemos fazer isso? Não dispomos no Brasil hoje de espaços integradores, esse é o ponto. Há que inventá-los.

